



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

**PERFIL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE REGIÕES PERIFÉRICAS DE
FLORIANÓPOLIS E SUAS PERSPECTIVAS DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA (UFSC)**

PAOLA GRAGNOLATI FERNANDES¹

IRIS GOMES BONATO LOPES DE ASSIS²

KAREN ELAINE DE FREITAS LAURINDO³

SIRLÂNDIA SCHAPPO⁴

RESUMO

O tema do trabalho é o direito à educação superior e as dificuldades de acesso da população de regiões periféricas na universidade. São apresentados alguns resultados da pesquisa feita nos anos de 2023/2024, realizada pelo Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET/SSO) em uma escola pública de Florianópolis. Destaca-se o perfil desses estudantes e suas perspectivas de ingresso na UFSC.

Palavras-chave: Perfil, acesso, ensino, estudantes, periferia.

RESUMEN

El tema del trabajo es el derecho a la educación superior y las dificultades de acceso de la población de regiones periféricas a la universidad. Son presentados algunos resultados de la investigación hecha en los años de 2023/2024, realizada por el Programa de Educación Tutorial en Trabajo Social (PET/SSO) en una escuela pública de Florianópolis. Se destaca el perfil de esos estudiantes y sus perspectivas de ingreso a la UFSC.

Palabras-claves: Perfil, acceso, enseñanza, estudiantes, periferia.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

³ Universidade Federal de Santa Catarina

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no país é desigual e inúmeros são os fatores que influenciam na possibilidade de adentrar no ensino superior e de permanecer nele. Essa questão incide profundamente em adolescentes e jovens de famílias com menor formação escolar, com baixa renda, residentes de regiões periféricas e estudantes de escolas públicas. Nesse sentido, é fundamental a análise e o conhecimento sobre as possibilidades de acesso e permanência desses sujeitos na Universidade. Esse contexto agrava ainda mais as disparidades sociais presentes na sociedade brasileira.

Sampaio (2011) destaca em sua análise que as desigualdades sociais prejudicam a “[...] longevidade escolar e retardamento do ingresso no mundo do trabalho” (SAMPAIO, 2011, p. 48) dessas pessoas, já que apresentam a necessidade de se manter e, por muitas vezes, a responsabilidade de manter os direitos básicos de seus familiares. Tais entraves dificultam a educação se tornar a primeira escolha desses jovens, remetendo a uma discussão sobre as barreiras e contradições da educação brasileira dentro da estrutura capitalista que sucateia direitos e impossibilita o crescimento das vivências, principalmente de corpos pretos e de periferia.

O acesso e permanência na universidade apresenta um conjunto de desafios intelectuais e sociais únicos que podem ser particularmente mais difíceis para estudantes de origens desfavorecidas, já que, além das preocupações financeiras, esses estudantes também têm que se adaptar ao ambiente acadêmico, que pode ser muito diferente da sua experiência educacional anterior. Existem ainda os desafios psicológicos e emocionais, sendo que essas questões são agravadas pela pressão adicional de ter que equilibrar os estudos com a necessidade de trabalhar.

Pode-se aferir ainda, conforme destaca Zago (2006), o fato de que para que exista uma democratização efetiva da educação é necessário ampliar as políticas de acesso e fortalecer o ensino público em todos os seus níveis, além de políticas voltadas à permanência dos estudantes. No contexto atual, os estudantes das classes trabalhadoras acabam tornando-se o que a autora chama de “estudantes parciais”, pois a permanência na universidade depende diretamente da remuneração oriunda de sua ocupação, ou seja, o acesso e a permanência dependem de elementos externos ao próprio estudante, como moradia, transporte, alimentação e saúde. Conclui-se, assim, que a presença de camadas populares no ensino superior não é suficiente para ocultar a diferença social entre os demais estudantes.

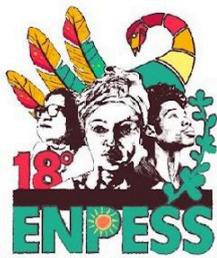
Durante os anos de 2023 e 2024 o Grupo PET|SSO|UFSC realizou a Pesquisa Coletiva intitulada “Conhecimentos de estudantes de ensino médio de regiões periféricas da cidade de Florianópolis/SC sobre o acesso e a permanência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).” O público-alvo da pesquisa foram estudantes do último ano do ensino médio e do magistério da A Escola de Educação Básica Prof. Anibal Nunes Pires, localizada no Bairro Monte Cristo em Florianópolis.

A pesquisa contou com dois procedimentos de coleta de dados: a realização de um grupo focal e a aplicação de um questionário com questões objetivas. O grupo focal contou com cerca de 15 participantes e o questionário contou com 51 participantes. O formulário foi dividido nos seguintes temas: perfil dos estudantes, acesso à universidade, permanência na universidade e conhecimentos sobre a universidade. A aplicação do questionário realizada no mês de outubro de 2023, contou com as respostas dos estudantes, compondo, assim, o escopo do levantamento de dados referentes ao perfil dos/as entrevistados/as (identidade de gênero, idade, autodeclaração de renda e raça), ao conhecimento sobre o acesso e a permanência na Universidade. A escola onde a pesquisa foi aplicada foi escolhida por diversos motivos, entre eles, a distância física em relação à UFSC, visto que se localiza na região continental da cidade. Após a análise dos dados, o grupo realizou um levantamento bibliográfico com o intuito de aprofundar a pesquisa de maneira teórica, trazendo um aporte crítico ao debate. Foram utilizados autores como Gramsci, Paulo Freire, Bell Hooks, entre outros.

No presente trabalho, apresentam-se alguns resultados parciais da pesquisa, focando na análise do perfil dos estudantes que participaram, e suas implicações nas possibilidades de ingresso no ensino superior.

2 Acesso à UFSC: limites e possibilidades para estudantes de uma das regiões periféricas de Florianópolis

Os primeiros dados analisados na categoria perfil foram relativos à faixa etária de quem estudava na escola. Dentre elas observamos que, dos 51 estudantes que responderam a pesquisa, 29 (54,9%) possuem 18 anos, sendo acima de 40 anos o menor índice, porém presentes dentro do ambiente escolar, principalmente no ensino do magistério. Foi analisado que essa diferença nas idades acontece porque a quantidade de estudantes do magistério que participaram foi muito inferior à dos estudantes do terceiro ano, que possuem em média 17 a 20

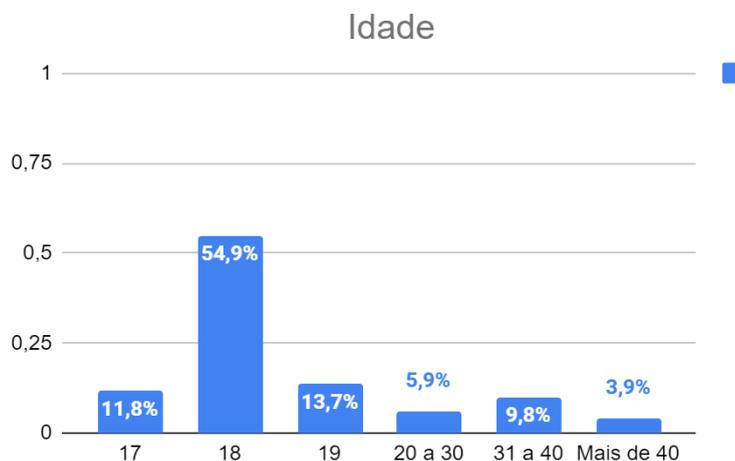


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

anos. Porém, foi interessante comparar a diferença de perspectivas de vida e as dúvidas sobre o ambiente universitário de um estudante do terceiro ano e uma pessoa que cursa o magistério. Observou-se que no terceiro eram mais focados em realizar o vestibular ou estavam em dúvidas sobre que curso fazer, já no magistério a perspectiva era voltada ao mercado de trabalho, gostariam de se formar e rapidamente já dar aula, começar sua jornada no mercado, de maneira a “melhorar suas condições de vida”, frase dita no dia da pesquisa por uma estudante do magistério.



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa

Pode-se relacionar isso ao plano ideológico que o ensino escolar acaba reproduzindo, principalmente em pessoas com mais anos de vida, sobre a necessidade de acelerar suas perspectivas, pois seu “tempo está acabando”, assim buscam um ensino que possibilite abreviar o tempo para entrar no mercado de trabalho. Ainda mais entendendo as condições desses estudantes, que por muitas vezes já estão em uma dinâmica de trabalho massiva, não vem de um local privilegiado e sim, de alguém dependente do trabalho para sobreviver, como pontua Nogueira (2002).

Portanto, dentro dessa análise vale desmistificar a perspectiva meritocrática ou a naturalização de “talentos”, a culpabilização de outros sujeitos dentro do ambiente escolar se equivoca, pois compreende-se que esta desconsidera as (im)possibilidades objetivas e estruturais de acesso e permanência ao direito à educação. Entende-se que as questões que refletem as (im)possibilidades de escolha de quem participou da presente pesquisa são questões estruturais,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a partir das restrições postas pelo sistema econômico, social e político dentro de uma instituição de ensino, tanto escolar, quanto na própria universidade pública.

A situação do não acesso, não pode ser encarada de maneira individualista, as (im)possibilidades não dizem respeito somente ao indivíduo, mas também ao seu grupo social e seu histórico da disputa no mundo capital/trabalho. É importante considerar essas problemáticas no acesso ao ensino, assim, se evita o ideal positivista para com os indivíduos ou a ideia do *familismo*, os culpabilizando pela falta de interesse, perspectivas e incentivos.

Em relação a autodeclaração, houve um empate de 24 (47,1%) entre estudantes que se declaram pretos ou pardos e estudantes que se declaram brancos, apenas duas pessoas se declararam indígena e uma como amarelo/asiático. Mesmo com esse empate, sabe-se que existe uma tendência a escolas públicas e de periferia terem uma maior quantidade de pessoas negras em relação a outras escolas situadas em outras regiões ou privadas, pelas históricas condições desiguais que existem na sociedade brasileira, e que refletem diretamente na educação e no acesso ao ensino superior. Portanto, a discrepância é notada também nas universidades, um reflexo do ensino básico, onde a maioria dos estudantes que têm o acesso à educação são brancos e vieram de escolas particulares. Como Kátia Lima aponta em “Desigualdades sociais e raciais na educação superior Brasileira”:

O desafio educacional brasileiro, para o pensamento florestaniano, nasce, por conseguinte, da articulação dos padrões dependentes de desenvolvimento e de educação superior. Se a universidade é organizada, no Brasil, para responder às demandas das elites locais, com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção burguesa de mundo sob a imagem de uma política inclusiva. Trata-se, dessa forma, de uma expansão sempre relativa e seletiva direcionada aos/às estudantes brancos/as e filhos/as da burguesia brasileira.” (Lima, 2024, p. 73)

Essa expansão seletiva fica evidente ao se analisar a composição das Universidades públicas hoje no Brasil, que mesmo avançando muito no debate racial em comparação a algumas décadas atrás, e com a implementação de cotas raciais de acesso, não abrange essa população de maneira efetiva, e de maneira indireta “expulsa” os estudantes negros destes espaços, quando por exemplo não se pensa em condições de permanência, ou não se debate com qualidade a questão racial nestes espaços, fazendo da Universidade um ambiente extremamente branco. Lima (2024) também argumenta que a burguesia brasileira vem cada vez mais resistindo a avanços que dizem respeito a classe trabalhadora, e pontua isso a partir do governo de Michel



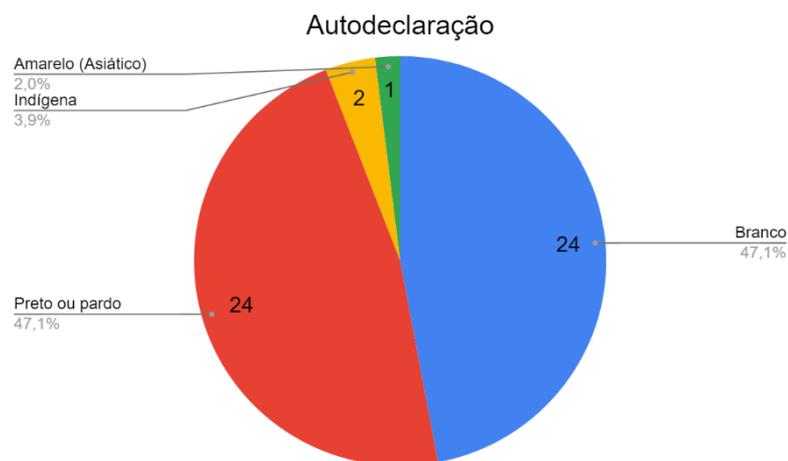
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Temer, após o golpe de 2016, e dá vitória eleitoral de Jair Bolsonaro (2018-2022), o que reflete diretamente no desmonte das Universidades públicas, e como isso agrava ainda mais as desigualdades relacionadas à educação superior.

O sistema de educação expressa desigualdades estruturais de classe, raça e gênero, delimitando quem detém acesso ao conhecimento. Isso não é por acaso, como pontua Anitta no texto “Grilhões Invisíveis”, em sua análise sobre os “Cadernos de Cárcere” de Gramsci, quem possui o conhecimento tem o controle tanto da dominação cultural quanto comunicativa, criando um consenso unificado, ou seja, a elite intelectual contribui pela supremacia de um grupo sobre o outro e isso fica evidente também no acesso ao conhecimento e ao sistema de educação.



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa

Outra questão é o processo de autodeclaração em nosso país, ou seja, foi observado pelo grupo de pesquisadores um maior quantitativo de estudantes negros em relação aos brancos na escola, algo que destoou nos dados, por mínimo que seja. Foi suposto pelo grupo que um dos motivos possíveis é a falta de letramento racial da população negra de periferia, que por muitas vezes é lida enquanto negra pela sociedade, mas se coloca enquanto branca na autodeclaração. Uma reflexão do projeto ideológico da branquitude que por anos visa o embranquecimento da pele negra e de sua história e sua cultura.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

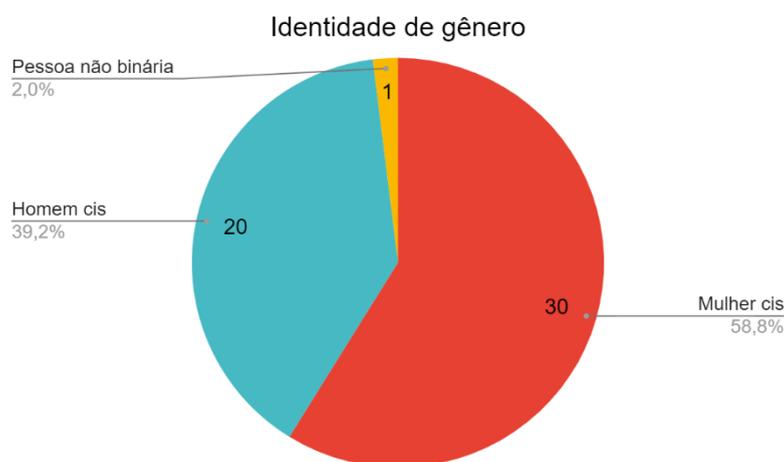
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tal embranquecimento ocorre desde o final da escravidão, onde através da imigração e do estupro de mulheres negras, buscou-se apagar o/a negro/a da história, pela miscigenação. Essa mestiçagem contribuiu para o que Carneiro (2011) chama de “confusão racial”, e diz respeito a esta ideia de apagar a história e embranquecer a sociedade, fortalecer o mito da democracia racial, para além de criar uma divisão entre pretos e pardos, gerando uma maior dificuldade de mobilização. (Rodrigues, 2022)

Já sobre o campo identidade de gênero, durante a pesquisa houve uma particularidade importante a ser analisada. Foi relatado pelos petianes que a aplicaram, que parte significativa de alunes na escola não sabiam o que significava o termo “cis” e “trans”, e tiveram dificuldade em responder. Isso se dá pela falta de acesso à informação que se tem no ensino básico/médio e até mesmo no ensino superior em relação às diversidades e identidades de gênero. Esse cenário expressa o quanto essa questão é pouquíssimo abordada dentro das escolas, e de altíssima importância para o reconhecimento de si e respeito às formas de existência.

Os dados apresentados no gráfico 3 apontam que a maioria se identifica enquanto mulheres cis (58,8%), depois homens cis (39,2%), e somente uma pessoa se identifica enquanto uma pessoa não-binária (2%). Dito isso, como será que esse estudante é tratado dentro do ambiente escolar? Também vale ressaltar que a maioria das estudantes que se colocaram enquanto mulheres encontravam-se cursando o magistério, composto majoritariamente por mulheres cisgêneras, por se tratar de um curso lido enquanto feminino, sempre relacionado à educação e ao cuidado. É possível realizar essa análise a partir do Censo do Ensino Superior de 2021, onde 72,5% dos estudantes cursando algum curso em licenciatura, eram mulheres.



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa



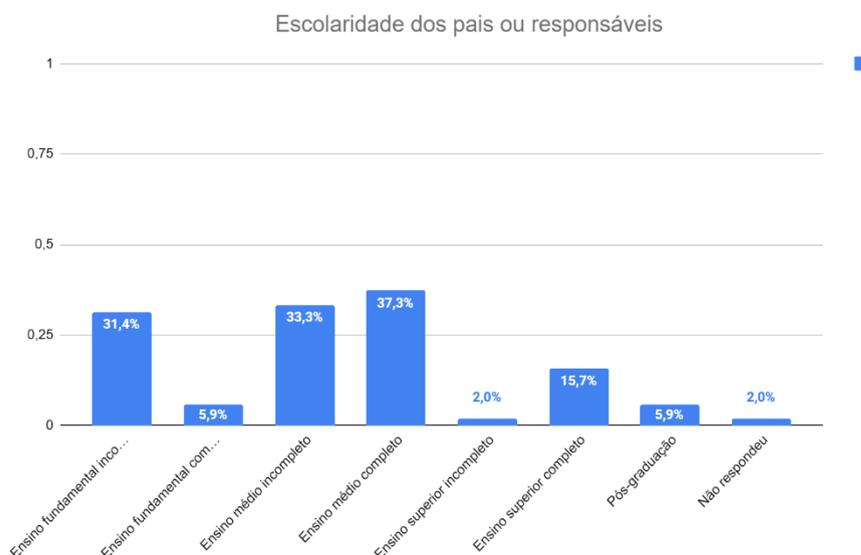
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sobre possuir ou não algum tipo de deficiência, 94,1% responderam não ter, e o restante não assinalou nenhuma alternativa, portanto não se tem dados conclusivos sobre a questão. Porém vale indagar de maneira crítica o acesso da população PCD ao ensino e o quanto isso reflete futuramente na não formação e as dificuldades de divulgação acadêmica dos saberes e conhecimentos de pessoas com deficiência. Algo observado e que reflete tanto para um não acesso quanto pelo projeto de sucateamento da educação pública, foi a falta de estrutura na escola, obras por fazer, sem rampas de acesso, e espaços de sala de aula/ ginásios/ auditórios com falta de instrumentos e estruturas.

As perguntas sobre a vida familiar e econômica desses estudantes também compuseram a pesquisa. Primeiramente foi questionado sobre a escolaridade dos pais e responsáveis. 37,3% dos estudantes responderam que os pais/responsáveis possuem o ensino médio completo. Logo abaixo, 33,3% responderam ensino médio incompleto, seguido de 31,4% que responderam ensino fundamental incompleto. 15,7% disseram superior completo, e em seguida houve um empate, onde 5,9% disseram pós graduação e os outros 5,9% ensino fundamental incompleto. 2% responderam superior incompleto, e por fim, 2% não responderam a questão.



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa

Como já citado anteriormente, o pensador Pierre Bourdieu em, “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura”, aborda que para além das condições materiais de uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

família permitirem ou não o acesso ao ensino superior, existe o fator que o autor chama de objetivos e/ou desejos da família. Bourdieu discorre que direta ou indiretamente, a escolaridade, trabalho e posição social dos pais ou responsáveis, determina o desejo e a possibilidade de entrada no ensino superior por parte da criança. Para crianças de classes mais altas, onde os pais pertencem ou pertenceram ao meio acadêmico, a visão de um futuro dentro deste meio é completamente alcançável, o que para crianças de classes mais baixas, essa opção acaba sendo mais distante dentro do imaginário das pessoas, inclusive dos professores. Foi analisado isso durante a pesquisa, pois notamos que são poucos os pais e responsáveis que possuem o ensino superior completo, e menos ainda os que possuem algum nível de pós-graduação, o que reflete diretamente nas vontades dos filhos, que por muitas vezes são os primeiros a entrar no ensino superior.

São vários os fatores que aproximam ou distanciam a visualização de entrada na academia pelos adolescentes, como por exemplo a linguagem, que dentro do ambiente acadêmico é extremamente elitista e não contempla a linguagem popular, inclusive muitas vezes a marginalizando, e até mesmo a própria estrutura pedagógica dentro das universidades. O ambiente acadêmico por muitas vezes se fecha dentro de uma bolha elitista e por mais que a classe trabalhadora da periferia adentre no ambiente, o “ar universitário” se torna exclusivo e isso diz muito sobre a permanência estudantil também. Como permanecer em um ambiente que não aceita sua presença?

Por muitas vezes é negado pelo ambiente academicista o conhecimento da vida cotidiana, a oralidade que a periferia ensina, dentro das famílias, movimentos de rua e tudo que aquele estudante vivencia em seu dia a dia. Os moldes traçados pela elite ideológica são modelos racistas, transfóbicos, capacitistas e conservadores, para que se consiga se munir a esse modelo é necessário aceitar o ambiente de ensino posto a muitas pessoas que acessam, movimentos esses também transparecidos no ambiente escolar. Como pontua a Doutora Honoris e escritora Carolina Maria de Jesus, em seu livro “O Quarto de Despejo”: “Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é a fome, a dor e a aflição do pobre” (Jesus, 1960, p.39)

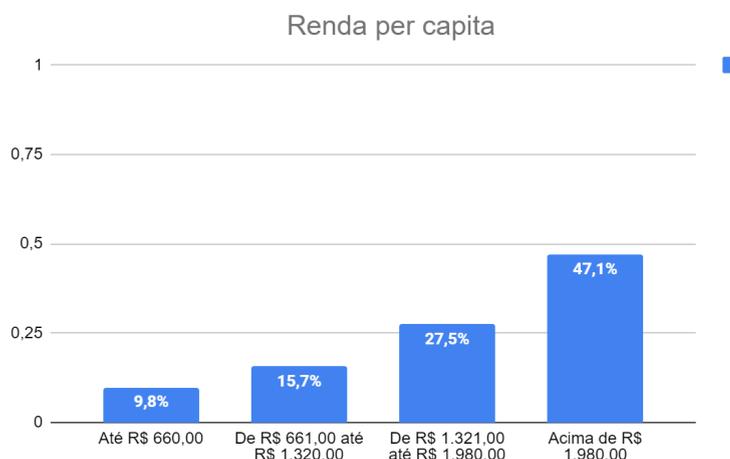
É interessante a se analisar seria em relação à renda per capita das famílias. A maior parte dos estudantes, 47,1%, declarou uma renda per capita de mais de R\$1980,00. 27,5% declararam entre R\$1321,00 e R\$1980,00, 15,7% de R\$661,00 até R\$1321,00 e somente 9,8% constataram ter de renda per capita até R\$600,00.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

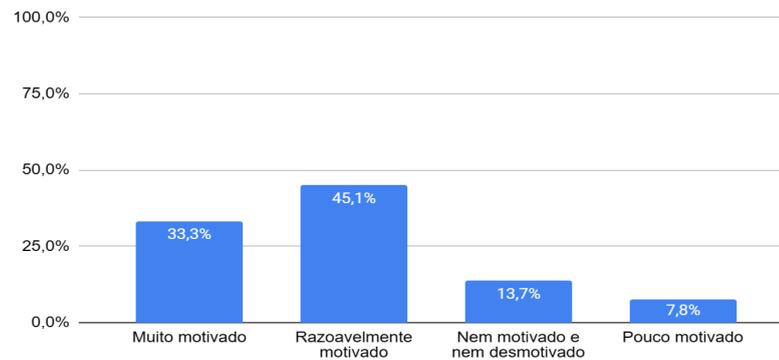
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa

A comissão, ao analisar os resultados da pesquisa, debateu acerca de diversas hipóteses, pois se acreditava encontrar uma realidade econômica diferente da encontrada. Uma das hipóteses, e talvez a mais provável, foi a de que os estudantes não entenderam a renda per capita como a soma da renda de todos os integrantes da família, e a divisão desta soma pelos integrantes seria a quantia a ser marcada. Por se tratarem de estudantes, em sua maioria, do ensino médio, o preenchimento deste tipo de informação pode ser desconhecido. Mesmo com a comissão explicando aos estudantes, foi avaliado que talvez possa ter tido uma confusão de renda per capita por renda total. Porém, como dito, foram hipóteses tiradas pela comissão, mas a pesquisa aponta que a maior parte dos estudantes vive com um pouco mais de um salário mínimo e meio (considerando o salário mínimo da época em que a pesquisa foi realizada, nos meses de setembro e outubro de 2023).

Motivado(a) a continuar estudos após o término do ensino médio ou magistério



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa

Inicialmente, a pesquisa mostra que 45,1% dos/as estudantes se sentem razoavelmente motivados a continuar seus estudos após a conclusão do ensino médio ou do magistério, enquanto 33,3% deles se sentem muito motivados. Considerando os/as estudantes que declaram estar “nem motivado nem desmotivado” ou “pouco motivado”, tem-se o percentual de 21,5%, indicando certo desalento em relação ao tema do prosseguimento dos estudos para uma boa parcela da amostra.

Os dados sobre o perfil dos estudantes de uma região periférica de Florianópolis indicam diversos limites no acesso ao ensino superior. Uma das questões da pesquisa questionou quais as dificuldades que encontrariam em cursar e frequentar a UFSC, sendo que nesta pergunta, havia a possibilidade de assinalar mais de uma resposta. Duas opções tiveram o mesmo numero de resposta: em torno de 27 estudantes responderam que teriam dificuldade em conciliar com o trabalho e dificuldades econômicas, sendo que 52,9% dos estudantes teriam uma dessas dificuldades. Em relação acessar o espaço físico, no que se refere à locomoção, 12 pessoas teriam dificuldades, expressando 23,57%. Sobre a dificuldade em conciliar com a maternidade ou paternidade, obtivemos 2 resposta, simboliza 3,9% dos estudantes. E 2% das respostas teriam dificuldade em fazer o curso que tem interesse. Com isso, percebe-se que a maior dificuldade dos estudantes periféricos seriam relacionadas a conciliar ao trabalho e em se manter na universidade devido às dificuldades financeiras, evidenciando que apesar de interesse numa universidade pública, torna-se um grande desafio o ingresso destes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A questão da necessidade de trabalhar para manter-se nos estudos e a dificuldade de conciliar estudo com trabalho, aliada a questão das desigualdades de raça, gênero, locomoção, renda, entre outras expressas no perfil destes estudantes são centrais para a discussão sobre os limites apresentados para que estudantes de regiões periféricas acessem o ensino superior. Sendo estes também presentes nas falas dos estudantes no grupo focal, este também realizado no mês de outubro de 2023. Este fato reflete a situação sócio-econômica destes estudantes da escola em uma região de periferia de Florianópolis. O que envolve a questão não apenas econômica, mas também as dificuldades de deslocamento até a Universidade, por exemplo, depois de um dia intenso de trabalho. Isso pode levar a uma série de desafios e dificuldades no cotidiano escolar, afetando o desempenho acadêmico dos alunos. Portanto, podemos concluir que muitos destes estudantes ainda enfrentam desafios relacionados à renda e outras questões socioeconômicas.

É importante destacar que muitos entrevistados afirmaram terem dificuldades em conciliar o trabalho com os estudos, o que pode afetar o desempenho acadêmico e a capacidade de concluir um curso superior, segundo os autores Santos e Melo (2017), essa realidade pode prejudicar o rendimento escolar e até mesmo levar à evasão escolar, uma vez que o estudante muitas vezes não dispõe de tempo e energia suficientes para se dedicar adequadamente aos estudos. Para tentar minimizar essa realidade, é importante que as políticas públicas ofereçam recursos como bolsas de estudo e programas de orientação profissional, segundo os mesmos autores, essas medidas podem ajudar o estudante a conciliar o trabalho com o estudo de forma mais adequada e a se preparar melhor para o mercado de trabalho, buscando sempre a valorização da educação como ferramenta para a mudança social.

No entanto, é interessante notar que muitos estudantes têm conhecimento limitado sobre o processo de ingresso e os cursos disponíveis na universidade. Essa falta de informações e orientação pode ser um obstáculo para os estudantes de escolas de periferia e de baixa renda que muitas vezes têm menos acesso a recursos educacionais e culturais.

Além disso, a falta de políticas públicas específicas para esses estudantes pode perpetuar a desigualdade educacional e social.

Por fim, os dados coletados indicam a existência de obstáculos para o acesso à universidade pelos jovens de baixa renda e a importância de investimentos em políticas educacionais que atendam às necessidades desses estudantes. Segundo os autores Vieira e Forster (2019), a desigualdade socioeconômica é um dos principais fatores que ainda dificultam o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acesso à universidade no Brasil, para superar essa realidade, é fundamental que as políticas educacionais ofereçam recursos financeiros e programas que sejam acessíveis aos estudantes de todas as classes sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita. Desigualdades Educacionais. In: ZIMERMAN, Artur (Org.). Os 'Brasis' e suas Desigualdades. 1a ed. São Bernardo. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 39-64

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil São Paulo: Selo Negro, 2011.

LIMA, Kátia. Desigualdades sociais e raciais na educação superior Brasileira. *Temporalis*, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 69–85, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n47p69-85. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44170>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RODRIGUES, L.. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 2, p. e74733, 2022.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Entre a Escola Pública e a Universidade: Longa travessia para jovens de origem popular. In: *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 27-51.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese de Doutorado. Programa de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA,
Salvador, 2009.

TEIXEIRA; Ana Maria Freitas. Entre a Escola Pública e a Universidade: longa travessia
para
jovens de origem popular. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). Observatório da vida
estudantil: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011, p.27-51.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes
universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, v. 11 n. 32, p. 226-
370, maio/ago. 2006.